



PERFIL SOCIOECONÔMICO DA POPULAÇÃO COM DEFICIÊNCIA DO MUNICÍPIO DE MARABÁ – PA

Mayra Barbosa Sindeaux Lima¹
Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo²
Erika Cavalcante Oliveira³
Fernanda Vieira Silva⁴

Categoria: Comunicação oral

Eixo Temático/Área de Conhecimento: Deficiência, direitos humanos e políticas públicas.

Resumo

O conhecimento sobre o perfil sociodemográfico da população com deficiência, fornece importantes subsídios para o planejamento de estratégias que impactem positivamente a vida dessas pessoas. Diante disto, o objetivo deste trabalho foi sistematizar e analisar os dados sobre os perfis da população com deficiência em Marabá-PA, disponibilizados pelo IBGE. Trata-se de uma pesquisa de cunho quanti-qualitativa, na qual se explorou dados oficiais a partir das seguintes variáveis: tipos de deficiência, faixa etária, renda, escolarização e situação de ocupação. Os

¹ Mayra Barbosa Sindeaux Lima. Licenciada e bacharel em Geografia pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará -UNIFESSPA, Secretária Executiva do Núcleo de Acessibilidade e Inclusão Acadêmica da UNIFESSPA. E-mail: mayralima@unifesspa.edu.br

² Lucélia Cardoso Cavalcante Rabelo. Professora na Faculdade de Ciências da Educação da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará e coordenadora do projeto “Perfil de Alunos com deficiência de Escolas públicas de Marabá” do CNPq/Ensino Médio 2017- 2018. E-mail: lcc_05@hotmail.com

³ Erika Cavalcante Oliveira. Estudante da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Anízio Teixeira (EEEM) e bolsista de iniciação científica Pibic/CNPQ Ensino Médio. E-mail: erikacavalcanteec14@gmail.com

⁴ Fernanda Vieira Silva. Estudante da Escola Estadual de Ensino Médio Professor Anízio Teixeira (EEEM) e bolsista de iniciação científica Pibic/CNPQ Ensino Médio. E-mail: fernandaa19vs@gmail.com

resultados apontaram que 23,7% da população de Marabá apresenta alguma deficiência, sendo a deficiência visual a mais recorrente; 76% da população com deficiência possui uma renda de no máximo 1 salário mínimo; as mulheres com deficiência têm maior escolaridade em relação aos homens com deficiência, mas apresentam indicadores de renda inferiores. Conclui-se que uma parcela importante da população com deficiência vive em situação de vulnerabilidade social, de modo que as políticas públicas a serem implantadas devem articular ações que envolvam tanto a área da educação e trabalho como a promoção da igualdade de gênero.

Palavras-chave: Pessoas com deficiência. políticas públicas. perfil sociodemográfico.

1. INTRODUÇÃO

As discussões relacionadas a temática da deficiência tem sido direcionadas para uma concepção de deficiência que vai além da mera identificação do corpo com lesão, contemplando um entendimento da deficiência do ponto de vista unicamente biológico, presente no corpo do sujeito com deficiência, mas “que é efetivada a partir da forma como a estrutura social é organizada” (CANTORINI et al, 2015, p. 160 -161).

Além disso, o indivíduo com deficiência, assim como qualquer outro, está inserido em um contexto social, econômico e cultural e, portanto, não pode ser visto apenas pela sua condição deficiência. Ainda que esta identificação seja importante como posicionamento político resultante das lutas históricas destes sujeitos, este termo, tomado isoladamente, não totaliza a identidade desta população.

A concepção sobre a deficiência, nas legislações mais recentes tem se fundamentado na perspectiva dos direitos humanos, tal como definida na Lei 13.146/2015 - Lei Brasileira de Inclusão/LBI, compreendido como:

[...] impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (BRASIL, 2015, p. 19).

Partindo desta perspectiva trazida pela lei, fica evidente que a existências de barreiras externas, com as quais os indivíduos interagem são partes integrantes da concepção de deficiência. Sendo assim, as características do espaço no qual o

sujeito está inserido, afeta diretamente a condição de deficiência ao impor ou agravar barreiras para além das limitações que podem ser ocasionadas pela deficiência.

Assim, as condições de renda, educação e cultura, bem como, a forma como estes aspectos estão articulados em um determinado território, geram prioridades específicas. Isto se aplica também em relação a população com deficiência, que pode apresentar diferentes demandas geradas pelas peculiaridades do espaço em que vive.

Portanto, a mesma política pública ou ação voltada para uma pessoa em cadeira de rodas, por exemplo, em uma região como o sudeste em que 7,16% da população vive com até meio salário mínimo pode não obter os mesmos resultados na região nordeste na qual este índice chega a 30%.

Deste modo, as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência não podem ser pensadas apenas com base nas características de cada tipologia de deficiência. É preciso analisar também os contextos regionais e locais para que estas políticas sejam mais eficazes.

Conseqüentemente, as políticas públicas que visam garantir a efetivação de direitos das pessoas com deficiência precisam ser subsidiadas com dados reais que permitam a construção de diagnósticos do perfil da população com deficiência do local no qual a política será implementada.

Em se tratando, mais especificamente das políticas educacionais, as iniciativas que visem a inclusão dos alunos público alvo da educação especial também devem levar em consideração as demandas específicas destes discentes por outros setores como a área da saúde, assistência social e moradia, e a forma como estas demandas são supridas na localidade do aluno.

Trazendo esta discussão para o contexto da região do sudeste do Pará, e para o município de Marabá, embora existam instituições públicas e entidades da sociedade civil organizada atuantes na luta pelos direitos das pessoas com deficiência, há uma carência de dados sistematizados sobre esta população para subsidiar a sua atuação.

Esta necessidade foi averiguada com resultados de estudos do Grupo de Pesquisa em Educação Especial: Contexto de Formação, Políticas e Práticas de Educação Inclusiva e acessibilidade – UNIFESSPA, que demonstraram os exíguos estudos que traçam o perfil e correlação de variáveis importantes sobre o público considerado com deficiência na região. Evidencia-se assim, com esta ausência de pesquisas, a necessidade de se traçar um diagnóstico acerca das condições vida, gênero, de renda, trabalho e escolarização das pessoas com deficiência no cenário do município de Marabá.

Este estudo, compromete-se com o apoio a implementação de políticas públicas, uma vez que sistematiza dados relevantes, produz documentos analíticos que auxiliem as ações de diferentes setores que necessitam de dados sobre as pessoas com deficiência em Marabá. Com essa finalidade, foi realizada uma sistematização e análise das informações disponibilizadas pelo IBGE.

Durante este processo, procurou-se responder aos seguintes questionamentos: Qual o perfil das pessoas com deficiência no município de Marabá? Como as variáveis que constituem sua condição de vida incidem sobre seu processo de inclusão social e educacional?

É evidente que os dados quantitativos obtidos por meio dos órgãos citados têm suas limitações e que estes não conseguem abarcar a totalidade das características que formam o perfil das pessoas com deficiência na região. Contudo, por sua abrangência, estas informações permitem traçar um panorama geral das condições materiais de vidas experienciadas por estas pessoas no município e assim identificar algumas das barreiras ao exercício da cidadania.

2. MATERIAIS E MÉTODOS

O presente trabalho fundamentou-se na articulação dialética entre dados quantitativos e qualitativos, pois compreende-se que:

[...] a qualidade dos fatos e das relações sociais são suas propriedades inerentes, e que quantidade e qualidade são inseparáveis e

interdependentes, ensejando-se assim a dissolução das dicotomias quantitativo/qualitativo, macro/micro, interioridade e exterioridade com que se debatem as diversas correntes sociológicas” (MINAYO, 1996, p. 11-12).

Portanto, para desenvolver este estudo foi utilizado de forma integrada uma análise quantitativa, por meio de dados passíveis de quantificação e comparação entre si, assim como uma análise qualitativa que auxiliou na compreensão da realidade das pessoas com deficiência, das dificuldades que enfrentam, dos seus modos de ser, bem como apontar possíveis causas para os dados quantitativos encontrados.

Considerando esses pressupostos do método, para delinear um perfil socioeconômico do público-alvo da pesquisa, a principal fonte de dados utilizada foi o último Censo demográfico do IBGE. Embora os dados sejam de 2010, em virtude da periodicidade decenal do Censo, as informações levantadas por este, permitiram obter um quadro geral das condições de vida das pessoas com deficiência no município. Além disso, a sistematização dos dados do último censo poderá ser confrontada, futuramente, com os dados que serão obtidas pelo próximo censo em 2020 e, deste modo, poderá ser avaliado se as ações destinadas às pessoas com deficiência têm assegurado melhorias nas condições de vida desta população.

É importante salientar que durante a coleta de dados do Censo e dos cálculos realizados a partir destes, optou-se por não incluir todos os dados dos grupos listados pelo IBGE como pessoas com deficiência. O referido instituto, ao definir quais pessoas teriam deficiência visual, auditiva e/ou física⁵, levou em consideração as dificuldades em executar atividades afetadas por alguma limitação nos sentidos da visão, audição ou na capacidade motora. Deste modo, o IBGE utilizou os seguintes critérios: “não consegue de modo algum”, “grande dificuldade” “alguma dificuldade” e “nenhuma dificuldade⁶”.

⁵ No Censo 2010, foi utilizado o termo deficiência motora para definir a deficiência física.

⁶ O entrevistado era considerado pessoa com deficiência se apresentasse alguma dificuldade ainda que utilizando recurso que visasse diminuí-la, por exemplo, quando apresentava alguma dificuldade de enxergar mesmo utilizando lente de contato ou óculos.

Adotando os três primeiros critérios mencionados acima, obtém-se um percentual de 23,7% de pessoas com deficiência na população de Marabá. Entretanto, para evitar contabilizar indivíduos que possam ter sido indevidamente identificados como pessoa com deficiência, optou-se por fazer a sistematização com os dados referentes apenas aos dois primeiros critérios, avaliando assim apenas os casos que poderiam ser definidos como condições mais severas de deficiência, o que engloba 7,47% da população marabaense.

Os dados assim obtidos foram analisados a partir dos eixos: escolarização das pessoas com deficiência, padrão de renda e faixa etária de maior ou menor incidência dos diferentes tipos de deficiência.

O desenvolvimento do estudo seguiu as etapas a seguir:

1^o Etapa: Levantamento de dados e microdados demográficos do IBGE sobre as pessoas com deficiência em Marabá.

2^a Etapa: Tabulação dos microdados.

3^a Etapa: Análise documental de relatórios com dados estatísticos e análises qualitativas;

4^a Etapa: Sistematização e análises dos dados

5^a Produção de relatório científico e socialização de dados.

Por meio do método descrito, foi possível averiguar como as variáveis renda, escolarização e situação de ocupação na população de Marabá se diferenciam ou não entre os indivíduos com ou sem deficiência, assim como ter uma dimensão das condições de vida da população com deficiência do município quando comparadas com os dados em escala nacional e estadual, como pode ser visto nos resultados a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Cenário da pesquisa: o município de Marabá

Fundada em 1913, Marabá é considerada a cidade polo da região na qual está inserida, a mesorregião do sudeste paraense. O município vivenciou desde a sua formação diferentes fluxos migratórios, formada em sua maioria por nordestinos, mas também por pessoas e capitais sulistas estimulados por políticas implementadas pelo governo federal, sobretudo durante a ditadura militar.

A ascensão de Marabá como centro econômico e político no sudeste paraense foi intensificado pelos investimentos, na década de 60 e 70, em grandes projetos no setor mineral e energético. Neste período, houve também uma expansão dos latifúndios na região que associado ao intenso fluxo migratório do período acarretou mudanças expressivas no modo de vida da população.

Atualmente, estima-se que Marabá tenha uma população de 271.594 pessoas, em sua maioria na faixa etária dos 20 a 24 anos. Embora o PIB do município seja o 7º no estado a população, de acordo com o Censo de 2010, tem uma renda mensal per capita de até ½ salários mínimos. Em relação a educação, estes fatores que incidem sobre a população, em muitos casos, afetam de maneira ainda mais intensa as pessoas com deficiência como será exposto nos próximos tópicos.

3.2 Perfil sociodemográfico da população com deficiência em Marabá.

As informações levantadas acerca da população com deficiência apontaram que esta é composta em sua maioria por mulheres (51%⁷), e residem majoritariamente na zona urbana do município (80%). Em relação a declaração de cor ou raça, a maior parcela se identifica como parda, conforme demonstra a tabela a seguir:

Tabela 01 – Porcentagem de homens e mulheres com deficiência quanto a cor/raça em Marabá.

Cor/Raça	Homens	Mulheres	Total
Branca	0,76	0,69	1,45

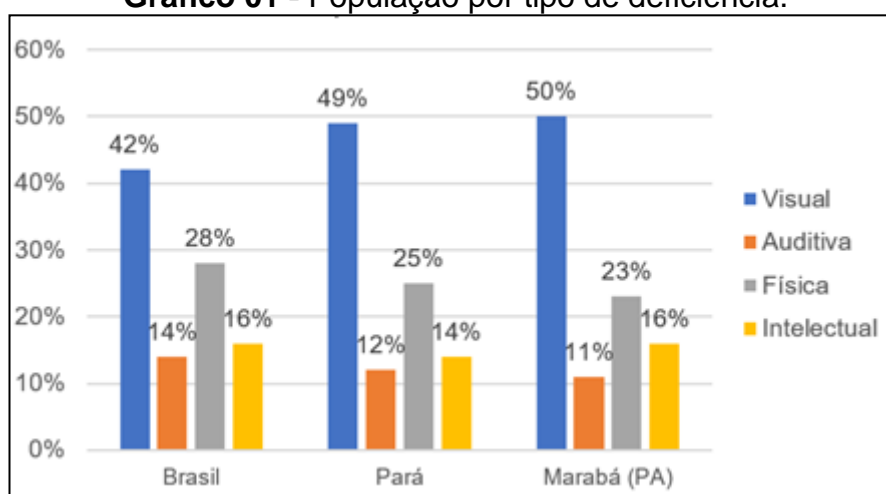
⁷ Conforme exposto anteriormente, este percentual foi calculado apenas com os valores correspondentes a “não consegue de modo algum” e “com grande dificuldade”.

Preta	0,48	0,45	0,93
Amarela	0,04	0,02	0,06
Parda	2,34	2,65	4,99
Indígena	0,01	0,03	0,04
Total	3,63	3,84	7,47

Fonte: Dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

No que se refere as tipologias de deficiência com maior incidência em Marabá, a pesquisa evidenciou um alto índice de deficiência visual, principalmente se comparada ao percentual encontrado no restante do país, como evidencia o gráfico abaixo:

Gráfico 01 - População por tipo de deficiência.

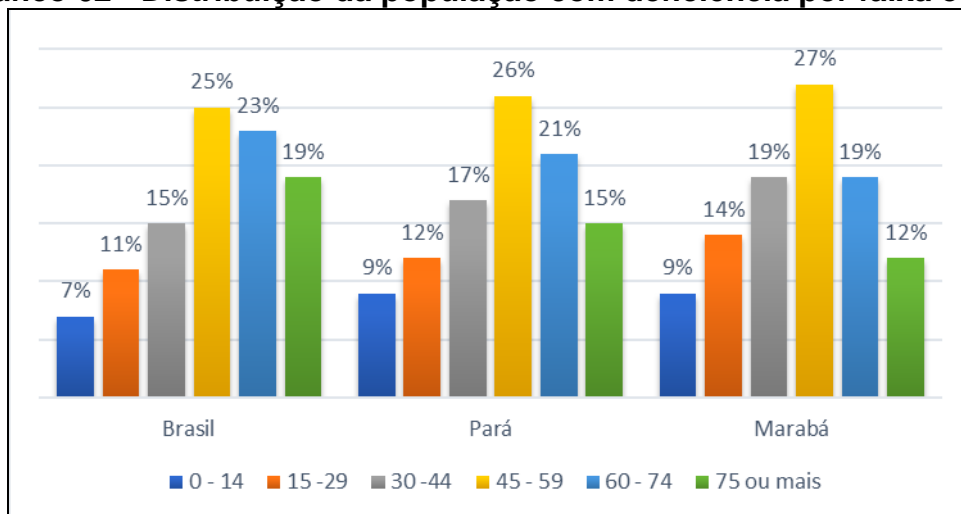


Fonte: Elaborado pelas autoras com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Pode-se inferir deste dado duas necessidades iniciais em relação as políticas públicas, primeiro é imperativo fomentar pesquisas no sentido de identificar os fatores que provocam a prevalência desta deficiência e, quando possível, adotar medidas para evitá-las ou minimizar sua incidência. Em segundo lugar, é preciso implementar medidas que visem uma melhoria de vida desta população que permita uma maior participação nos espaços públicos e a melhoria de sua qualidade de vida.

Quanto a faixa etária de maior incidência de deficiência, Marabá demonstra o mesmo padrão do estado do Pará e do Brasil no qual encontra-se na população de 45 a 59 anos o maior número de pessoas com deficiência. Entretanto, em relação as faixas de menor idade, nota-se índices mais elevados do que os observados em escala estadual e nacional (ver gráfico 02). Portanto, é preciso realizar estudos que apontem as razões desses valores mais elevados em Marabá.

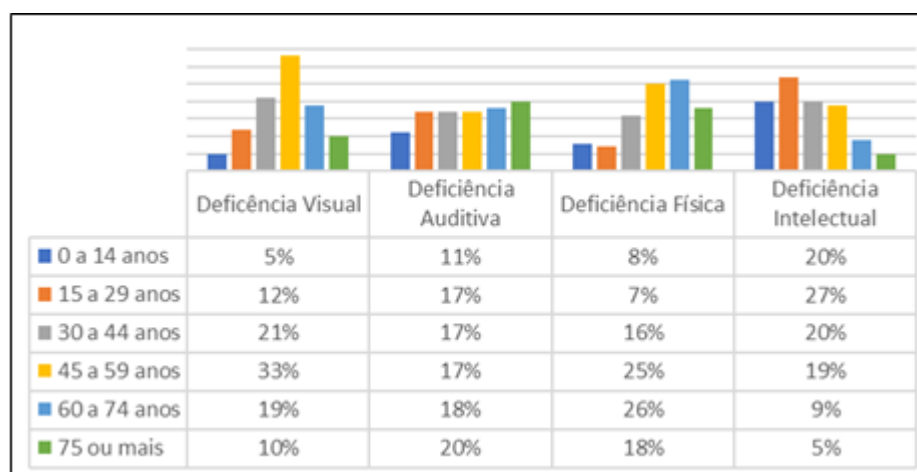
Gráfico 02 - Distribuição da população com deficiência por faixa etária



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Outra tendência observada foi o aumento na proporção das pessoas com deficiência intelectual entre as crianças e jovens quando comparadas a outras faixas etárias (ver gráfico 03). Dessa maneira se faz urgente averiguar as razões para tal e se este crescimento tem se mantido entre as crianças nascidas após o Censo ou se algum fator tem incidido sobre a expectativa de vida das pessoas com deficiência intelectual tornando a sua proporção menor entre as faixas etárias de maior idade.

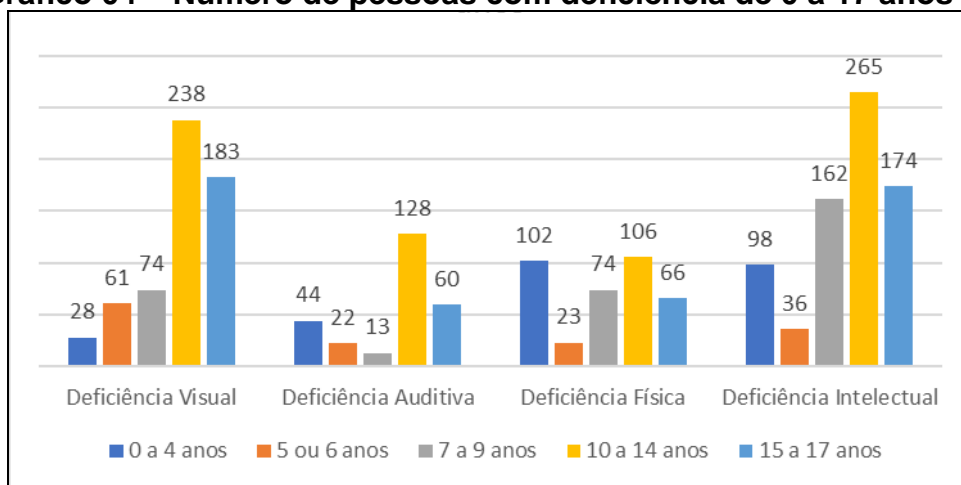
Gráfico 03 – Distribuição da população por tipo de deficiência e faixa etária.



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

O aumento do número de casos de deficiência intelectual fica ainda mais evidente quando se analisa de forma mais detalhada o grupo compreendido entre 0 e 17 anos (gráfico 04). Este dado tem importância fundamental para o planejamento de ações e políticas públicas voltadas para a educação, tendo em vista que, atualmente, esta população deve ter de 08 a 25 anos e, portanto, ainda integra, ao menos em parte, os discentes da educação básica e educação superior do município.

Gráfico 04 – Número de pessoas com deficiência de 0 a 17 anos



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Em relação a idade com maior número de pessoas com deficiência, como pode ser observado no gráfico anterior, observa-se que estes se concentram nos indivíduos de 10 a 14 anos, seguida pelos de 15 aos 17 anos.

Contudo, em relação ao primeiro grupo citado, parte do número elevado pode ser explicado por também concentrar, de modo geral, uma parcela significativa da população de Marabá, aproximadamente 10,65% da população. No entanto, no grupo de crianças de 0 a 04 anos que compõe 10,48% da população, há um número menor de casos de deficiência, indicando que houve avanços nos fatores geradores de deficiência.

3.3 Aspectos educacionais

As informações obtidas por meio do censo em relação a educação revelaram uma dupla disparidade, primeiro quando se compara os dados referentes a pessoa com deficiência em Marabá com os mesmos índices obtidos para o Brasil, bem como ao confrontá-los com os dados da população sem deficiência.

Ao analisarmos o nível de instrução da população com deficiência no Brasil, verifica-se que 7%⁸ da população possui nível superior completo, enquanto que 61% não possui qualquer instrução ou apenas o ensino fundamental incompleto. Embora este dado demonstre uma situação preocupante, em Marabá é ainda mais grave, apenas 3% possui nível superior e 63% tem no máximo o fundamental incompleto.

Convém ressaltar que este dado evidencia, as desigualdades enfrentadas pelas pessoas com deficiência no município, mas também a própria fragilidade da educação em Marabá, uma vez que, os índices das pessoas sem deficiência também se encontram inferiores quando comparadas ao cenário nacional.

No que concerne as diferenças entre gêneros, verificou-se que as mulheres possuem maior nível de instrução comparadas aos valores obtidos sobre os homens com deficiência (ver tabela 02 abaixo). Os índices também são melhores em relação a alfabetização, as mulheres com deficiência têm, proporcionalmente, 6% a mais de indivíduos alfabetizados, comparados aos homens. Porém fica evidente a necessidade de melhorias na educação especial no município tendo em vista que a taxa de alfabetização das pessoas com deficiência chega somente a 65%, e da população sem deficiência alcança 90%.

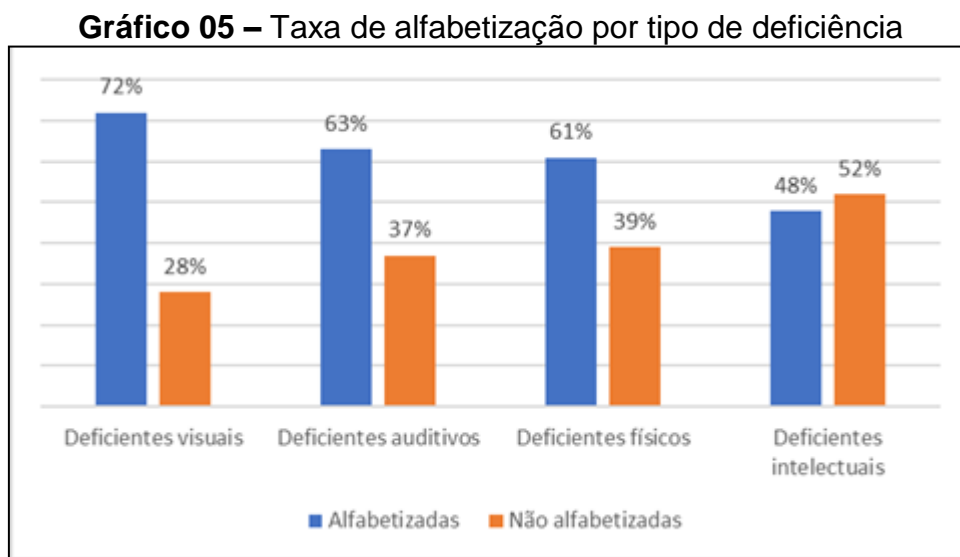
Tabela 02 – Escolaridade de homens e mulheres com deficiência em Marabá

Escolaridade	Homens	Mulheres
Sem instrução e fundamental incompleto	66%	60%
Fundamental completo e médio incompleto	15%	16%
Médio completo e superior incompleto	16%	20%
Superior completo	3%	4%

⁸ Os valores referentes ao nível de instrução incluem a população a partir dos 15 anos. Além disso, os dados do Censo em relação a este tópico estão divididos apenas entre “pessoas com alguma das deficiências investigadas” e “nenhuma deficiência”, não sendo possível excluir os dados do critério “alguma dificuldade”.

Fonte: Dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

As desigualdades também se manifestam quando analisada individualmente cada deficiência. Conforme demonstra o gráfico 05, as pessoas com deficiência intelectual e com deficiência física são as que apresentam os índices mais baixos de alfabetização.



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Apesar do que foi exposto acima, é preciso frisar que houve uma melhora no acesso à educação das pessoas com deficiência. Isto pode ser demonstrado pelos dados coletados pelo Inep por meio do Censo escolar de 2010 e 2017, entre os quais houve um aumento de mais de 214% nas matrículas da educação especial.

O Censo escolar por utilizar categorias mais atualizadas em relação ao público alvo da educação especial do que os utilizados pelo IBGE, permitiram uma maior clareza do cenário da educação especial em Marabá.

Tabela 03 – Número de matrícula por tipo de deficiência, transtorno global do desenvolvimento ou altas habilidades/superdotação - 2017

Categoria	Nº de matrículas
Cegueira	8

Baixa Visão	90
Surdez	31
Deficiência Auditiva	41
Surdocegueira	2
Deficiência Física	106
Deficiência Intelectual	881
Deficiência Múltipla	62
Autismo	64
Síndrome de Asperger	15
Síndrome de Rett	5
Transtorno Desintegrativa da Infância - TDI	73
Altas Habilidade/Superdotação	19

Fonte: Dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Nota-se que se mantém o elevado índice de alunos com deficiência intelectual na educação básica. Além disso, também permanece o aumento considerável de casos de deficiência entre as crianças do município, tendo em vista que, segundo o Inep (2018), 72% das matrículas na educação especial são de crianças e adolescentes de até 14 anos prevalecendo também o número de matrículas no ensino fundamental, cerca de 84%.

Outra possibilidade que explicaria o predomínio de matrículas nessa faixa etária, seria a evasão escolar de alunos com deficiência com maior idade. Qualquer seja a hipótese, é imprescindível a busca de soluções para minimizá-las.

É importante frisar que o ensino público é fundamental para o acesso da pessoa com deficiência, pois enquanto que o ensino privado detém apenas 46 das matrículas de alunos público alvo da educação especial, as escolas públicas, sejam elas, municipais, estaduais ou federais, totalizam 1162 matrículas.

3.4 Dados sobre as condições de renda da população com deficiência.

No município de Marabá, uma parcela considerável das pessoas com deficiência vive em uma situação de baixa renda, ao menos 31%⁹ desta população não possui qualquer rendimento (IBGE, 2010). Embora esse índice possa ser preocupante, não pode ser relacionado apenas a condição de deficiência, em razão da desigualdade socioeconômica existente no município, uma vez que, entre as pessoas sem deficiência esse índice chega a 45%, como pode ser observado no quadro a seguir.

Tabela 04 – Porcentagem de pessoas com e sem deficiência por faixa de rendimento

Faixa de rendimento	Com deficiência	Sem deficiência
Sem rendimento	31%	45%
Até um salário	45%	25%
De 1 a 5 salários mínimos	22%	26%
Mais de 5 salários mínimos	2%	4%

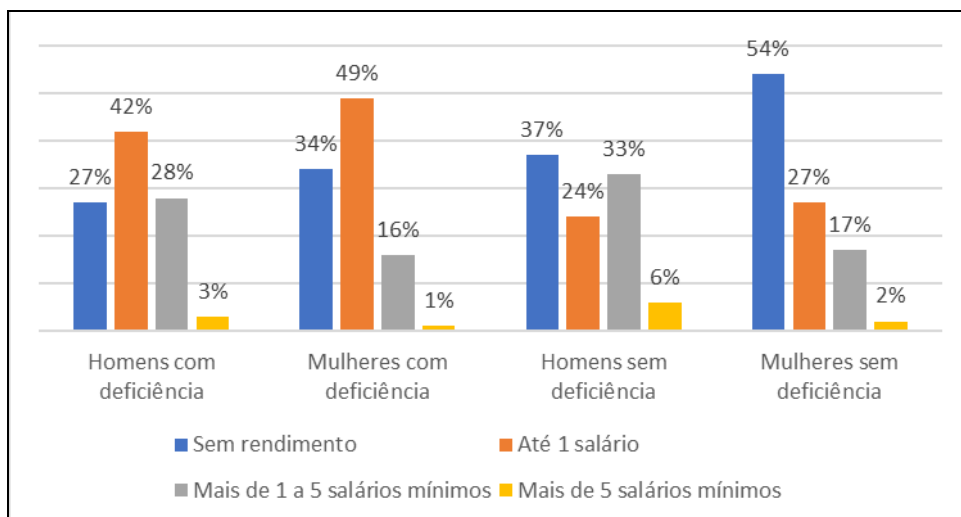
Fonte: Dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

É possível que a população com deficiência tenha uma porcentagem menor de pessoas sem rendimento ao mesmo tempo que tem o maior número com renda de um salário mínimo, seja em decorrência do Benefício de Prestação Continuada – BPC que garante a este público o recebimento mensal de 1 salário mínimo. Apesar da importância deste benefício, este sozinho não garante a diminuição das desigualdades entre a população com e sem deficiência, pois, como demonstrado acima, quando se refere aos melhores salários as disparidades ainda permanecem.

Os dados apontaram também que fatores como gênero estão diretamente ligados a renda mensal, uma vez que as mulheres, sejam elas com deficiência ou não, apresentam indicadores de renda inferiores aos dos homens, demonstrando assim, uma dupla vulnerabilidade. Este fato pode ser corroborado pelo gráfico a seguir:

Gráfico 06 – Rendimento nominal mensal da população com e sem deficiência

⁹ População a partir dos 10 anos



Fonte: Elaborado pelas autoras com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

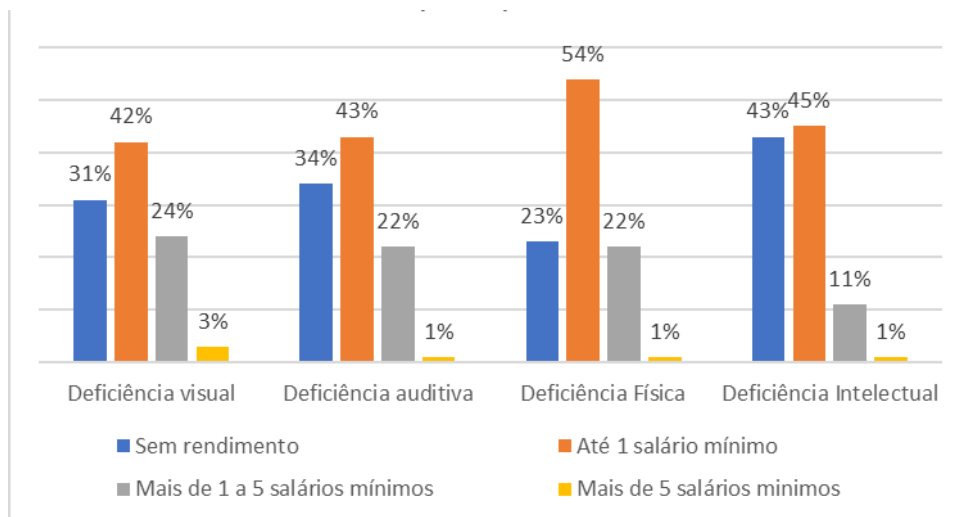
As questões ligadas ao gênero também podem ser averiguadas nos dados referentes a taxa de ocupação, na qual as mulheres com deficiência e sem deficiência apresentam taxas elevadas de desocupação¹⁰, 61% e 62% respectivamente, enquanto os índices para os homens são de 38% e 39%.

Tendo em vista que, conforme descrito anteriormente, as mulheres com deficiência apresentam melhores indicadores no que se refere a escolarização, os baixos índices relacionados a renda e ocupação evidenciam as desigualdades fomentadas pelo gênero e a necessidade de se pensar políticas públicas neste sentido, pois como destaca Diniz (2007), ser uma mulher com deficiência é uma experiência muito diferente da que é vivenciada por um homem na mesma condição.

Para além do debate em torno do gênero, outro ponto evidenciado com a tabulação dos dados foi as desigualdades entre a própria população com deficiência ao analisá-la tendo como parâmetros os tipos de deficiência. Identificou-se uma maior vulnerabilidade nos indivíduos com deficiência intelectual que apresentam baixos índices de alfabetização e estão entre os que apresentam a menor renda nominal, conforme demonstra o gráfico abaixo.

Gráfico 07 – Rendimento nominal por tipo de deficiência

¹⁰ Os valores referentes a ocupação incluem a população a partir dos 10 anos e utiliza apenas os critérios “pessoas com alguma das deficiências investigadas” e “nenhuma deficiência”, incluindo assim o critério de “alguma dificuldade”.



Fonte: Elaborado pelo autor com dados obtidos do Censo Demográfico (IBGE, 2010).

Portanto, é urgente a necessidade de pensar medidas que visem promover a inserção dos indivíduos com deficiência intelectual no mercado de trabalho, bem como, das pessoas com deficiência auditiva que se encontram na segunda posição em relação as pessoas com deficiência sem qualquer rendimento.

Deste modo, tendo em vista todos os dados aqui apresentados, constata-se que as políticas públicas a serem implantadas no município, devem ser realizadas de forma a articular ações que abranjam diferentes áreas, tais como educação, inserção no mercado de trabalho, promoção da igualdade de gênero, para que desta forma a inclusão das pessoas com deficiência ocorra de fato respeitando a sua cidadania.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Traçar o perfil socioeconômico da população com deficiência em Marabá a partir dos dados levantados pelo censo do IBGE, bem como, pelo Censo escolar do Inpe (2017), evidenciou que há muito o que avançar para garantir maior equidade social no que concerne a população com deficiência.

Embora tenham ocorridos alguns avanços, como o aumento do número de matrículas na educação básica, ainda existem muitas disparidades, mesmo na área

da educação, em que, ao menos em 2010, havia baixa inserção das pessoas com deficiência no ensino superior. Além disso, o reduzido quantitativo de pessoas com deficiência alfabetizadas se comparadas aos demais sujeitos indica que a inserção dos alunos da educação especial em sala de aula não tem assegurado uma inclusão efetiva que garanta qualidade do ensino e principalmente a continuidade da formação para este público.

Se faz urgente também o planejamento e implantação de ações mais direcionadas as necessidades específicas decorrentes de cada tipo de deficiência, especialmente para a população com deficiência intelectual que tem crescido entre a população jovem do município, mas que apresenta os piores indicadores referentes a renda e escolaridade.

Outro ponto evidenciado foi a indissociabilidade de discutir a inclusão da mulher com deficiência com o debate acerca das questões de gênero. A contradição entre as mulheres apresentarem os melhores indicadores quanto a escolaridade e os mais baixos em relação a renda e ocupação mostram que as políticas públicas devem ser pensadas de modo a buscar sanar as desigualdades enfrentadas por esta parcela da população, tanto no que se refere a ser uma pessoa com deficiência, quanto ao fato de ser mulher.

Sendo assim, as políticas públicas voltadas para as pessoas com deficiência não podem se furtar de articular ações que envolvam diferente aspectos da vida destes sujeitos, tais como trabalho e renda, saúde, cultura, acessibilidade e escolaridade. As políticas públicas para a educação também necessitam se pautar nesta perspectiva, uma vez que estas dimensões fazem parte da realidade do educando, afetando seu processo de aprendizagem, e com os alunos com deficiência não é diferente.

REFERÊNCIAS

BRASIL, Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2015/Lei/L13146.htm. Acessado em: 13/09/2017.

**V CONGRESSO PARAENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL
17 a 19 de outubro de 2018 – UNIFESSPA/Marabá-PA
ISSN 2526-3579**

CANTORANI, J. R. H. et al. A dimensão da deficiência e o olhar a respeito das pessoas com deficiência a partir dos recenseamentos no Brasil. **Revista Brasileira de Educação Especial**, Marília, v. 21, n. 1, p. 159-176, jan./mar. 2015.

DINIZ, D.; BARBOSA, L. **Pessoas com deficiência e direitos humanos no Brasil**". In: VENTURI, Gustavo (Org.). BRASIL. Presidência da República. Direitos Humanos: percepções da opinião pública – análises de pesquisa nacional. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010. p. 207-217.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Brasileiro de 2010**. Rio de Janeiro: IBGE, 2012.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Documentação do Censo 2000**. Rio de Janeiro: IBGE, 2002.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação básica 2010**. Brasília: Inep, 2011.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIO TEIXEIRA (INEP). **Sinopse Estatística da Educação básica 2017**. Brasília: Inep, 2018.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do Conhecimento - pesquisa qualitativa em saúde**. 4ª edição São Paulo – Rio de Janeiro: HUCITEC - ABRASCO, 1996.